



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
REITORIA
PRO REITORIA DE ADMINISTRACAO - REITORIA
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS - DLC - PROAD
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES - DEL
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTIC/DEL/DLC/PROAD

RESPOSTA AO RECURSO

JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo n. 23060.000884/2024-79

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO (contra)

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO nº 90008/2025

I. DAS PRELIMINARES

Recurso administrativo interposto pela ATHENAS AUTOMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ/MF sob o nº 01.425.676/0001-90, contra decisão da pregoeira que aceitou e habilitou a empresa CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF sob o nº 52.593.051/0001-78 no Pregão nº 90008/2025.

II. DAS FORMALIDADES LEGAIS À ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A doutrina majoritária indica como requisitos de admissibilidade a tempestividade e a inclusão de fundamentação e do pedido de reforma do ato Administrativo.

A Lei 14.133/2021 assim estabelece:

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de

preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que vereditou o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses."

O recurso apresentado cumpre o requisito da tempestividade, bem como o da fundamentação, além disso, encontra-se presente o necessário pedido de retificação da decisão, tornando assim, o recurso interposto plenamente admissível.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Em resumo a empresa ATHENAS AUTOMAÇÃO LTDA alega que:

1º Ponto de falha

O equipamento ofertado na proposta possui memória DDR4 de 3200 MHz, característica compatível com a placa mãe POS-RIH670EU, a qual não dispõe dos 2 (dois) slots M.2 exigidos para expansibilidade, conforme determinado no edital.

2º Ponto de falha

A licitante não apresentou a comprovação do SSd MTBF de 1.400.000h.

3º Ponto de falha

O processador do equipamento ofertado não possui gerenciamento VPRO."

IV. DAS CONTRARRAZÕES

Em resumo a empresa CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA alega que:

"(...) conforme já esclarecido na diligência realizada no chat do certame, a placa-mãe proposta pela empresa Centerdata é a POS-RIH670FA, que atende perfeitamente aos requisitos do termo de referência do edital."

"(...) a licitante argumenta que a empresa Centerdata está ofertando uma memória divergente da placa-mãe. No entanto, na proposta apresentada, incluiu um resumo do edital, deixando claro que o produto será entregue com configuração igual ou superior. A configuração ofertada está detalhada no catálogo enviado (CATALOGO_C6400_MiniPro), onde são especificadas todas as características do equipamento, as alegações da licitante não possuem fundamento."

"Os equipamentos da POSITIVO são equipados com armazenamento ADATA, que apresenta um MTBF de 1.500.000 horas, superior ao que foi solicitado no termo de referência do edital."

"A licitante alega que o processador não possui gerenciamento VPRO, MAS É IMPORTANTE DESTACAR QUE EM NENHUM ITEM DO EDITAL HÁ A EXIGÊNCIA DESSE GERENCIAMENTO ESPECIFICO. Essa alegação é uma tentativa de confundir a administração do certame."

V. DA ANÁLISE

Quando solicitado o envio da proposta atualizada ao último lance, a Recorrida enviou também o catálogo do equipamento Positivo Master C6400 MiniPro. Este catálogo contém não uma descrição exata do equipamento, mas todas as opções possíveis em que ele pode ser fornecido. Tendo surgido a dúvida por parte do integrante técnico da contratação, foi realizada diligência a fim de verificar qual das opções de placa-mãe seria ofertada pelo fornecedor, obtendo como resposta o modelo POS-RIH670FA, conforme informado no chat do Compras.gov. Este modelo atende os requisitos do item 4.12.4 do termo de referência, inclusive com relação ao número de slots para instalação de SSD's. Não há o que se falar em alteração de substância da proposta uma vez que o catálogo abrange as duas opções de placa-mãe (POS-

RIH670EU e POS-RIH670FA), sendo a dúvida sanada através de diligência.

Com relação ao atendimento do item 4.12.3.3 do termo de referência, a Recorrida apresentou especificação superior ao solicitado, o que pode ser aceito. Além disso, em suas contrarrazões apresentou link que comprova essa especificação.

A Recorrente informa que "a solução de gerenciamento Realtek DASH do equipamento ofertado não possui gerenciamento conforme exigido, mais especificamente sobre, a possibilidade de gerenciamento mesmo estando fora da rede corporativa e sobre a notificações e consentimento do usuário". Isto é, para que o DASH possa ser gerenciado, precisaria pertencer à mesma rede de onde está o servidor de gerenciamento, não fora dela. Ainda menciona "a tecnologia Intel vPro com AMT (Active Management Technology)". É interessante verificar que no termo de referência no item 4.12.1.3 mencionamos que seriam aceitos tanto processadores Intel quanto AMD, portanto conhecendo cada arquitetura entendemos o que poderíamos esperar de ambas as linhas de processadores. Essas especificações também são de conhecimento das empresas que participaram do certame, inclusive a Recorrente, que não questionou suposta inclusão da AMD num item que não atenderia. De toda forma, se colocássemos um item técnico em que apenas a Intel seria capaz de atender, a fim de evitar um direcionamento, precisaríamos justificar tal exigência, coisa que claramente este órgão não o fez.

Esclarecemos que o edital prevê que "O gerenciamento remoto 'Out-of-Band' deverá ser suportado tanto em equipamentos dentro quanto fora da rede corporativa". Em momento algum citamos que deve ser utilizado DASH ou VPro para esta tarefa, ainda que os utilizemos ou não. Para a finalidade prevista internamente pelo IFS, o cenário diverge do exposto pela empresa, pois existem outras formas de acessar fora da rede que não sejam pelo recurso ofertado.

Com relação à notificação e consentimento do usuário, através de configuração da solução de gerenciamento algumas implementações podem mostrar um aviso na tela se um administrador tentar assumir o controle via KVM remoto (teclado/vídeo/mouse).

Diante das razões apresentadas, passo à decisão.

VI. DA DECISÃO

Vistos e relatados os pontos da insurgente cumpre manifestar decisão quanto à pretensão ora requerida. Tomada pelo princípio da legalidade, impessoalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório, moralidade, publicidade e dos que lhes são correlatos, **conheço do recurso, mas nego-lhe provimento** pela razões meritórias acima.

Publique-se esta decisão.

Lorena de Souza Silva Medeiros

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **LORENA DE SOUZA SILVA MEDEIROS, Chefe(a)**, em 15/04/2025, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º e art. 12º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ifs.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0675672** e o código CRC **9ADFEFF2**.